



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140941 - BA (2021/0003012-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : RAMIRO OLIVEIRA PINTO (PRESO)
ADVOGADO : ERNANDES NEVES DOS ANJOS - BA061054
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CORRÉU : TAYLON STANLEY DOUGLAS DA SILVA
CORRÉU : ANISIO DE AMORIM MELO
OUTRO NOME : ANISIO AMORIM MELO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RAMIRO OLIVEIRA PINTO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8030902-81.2020.8.05.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente, pela prática, em tese, dos delitos capitulados no art. 157, § 2º, incisos I e II, c/c o art. 288, todos do Código Penal.

Sustenta a ausência de fundamentação idônea contemporânea para justificar seu decreto de segregação cautelar, destacando que a medida estaria embasada no *quantum* de pena aplicada e no fato de ter ocorrido o uso de violência na execução do delito, o que configura antecipação do cumprimento de pena, em violação do art. 313, § 2º, do CPP.

Afirma que a medida extrema seria desproporcional, pois, nos termos da sentença condenatória, deve cumprir a sanção em regime menos gravoso.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que lhe seja concedida a liberdade. Subsidiariamente, pugna pela aplicação de medidas cautelares diversas da prisão ou pela determinação da prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente